Biênio 2013/2014

Câmara em Ação

Informativo Oficial da Câmara Municipal de Cambuí - MG

Ano 3 / Edição 30 | Acesse: www.camaracambui.mg.gov.br | Novembro e Dezembro de 2013

REPASSE

CÂMARA DEVOLVE R$ 700 MIL À PREFEITURA

PAG 02

LEGISLATIVO

VEREADORES ENCERRAM TRABALHOS DO PRIMEIRO ANO DE MANDATO

PAG 03

ORÇAMENTO

CÂMARA APROVA ORÇAMENTO DE R$ 56 MILHÕES E 900 MIL PÁRA 2014

PAG 04

Câmara aprova empréstimo de R$ 5 milhões para calçamento

Os Vereadores aprovaram por 7 votos a 1, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 71/2013, de autoria do Poder Executivo, autorizando a contratação de empréstimo no valor de R$ 5 milhões para a realização de obras de pavimentação, junto à Caixa Econômica Federal.

A votação foi resultado de um mês de discussões entre os Parlamentares, a população e o Secretariado do Poder Executivo. A complexidade da matéria e o extenso prazo para a quitação do empréstimo proposto no Projeto foram determinantes para que o assunto fosse destaque entre a população, que se fez presente nas duas votações.

Na primeira votação realizada no dia 17 de dezembro, três Vereadores foram contrários ao Projeto; Airton Francisco, Olímpio Cláudio e Perla Tovazzi. Em suas justificativas eles esclareceram que não são contra o calçamento das vias, o que irá beneficiar aos moradores e sim contrários ao extenso prazo de pagamento do empréstimo o Município contratará e ainda o risco a ser assumido através do empréstimo com juros de 6% ao ano, pagos mensalmente nas fases de carência (até 48 meses) e amortização; taxa de risco de crédito de 1% ao ano, e o prazo de até 240 meses para quitação do empréstimo, além da contrapartida do município no valor de R$ 264 mil. Os Parlamentares ressaltaram ainda o valor a ser cobrado dos moradores por meio da taxa de Contribuição de Melhoria.

Em defesa ao Projeto, o Líder de Governo, Vereador Luis Carlos, destacou que por se tratar de uma obra ainda não licitada, não há como saber o valor final do metro de calçamento, e que o valor apresentado foi apenas uma estimativa para que o Município pudesse pleitear o empréstimo. A Secretária da Mesa, Lúcia Leite enfatizou a responsabilidade dos Vereadores ao votar pela aprovação ou rejeição do Projeto, porém ressaltou que a maior responsabilidade é do Prefeito, pois será ele o ordenador de despesa, conforme lido em ofício enviado à Câmara pelo Poder Executivo.

Já na segunda votação realizada no dia 20 de dezembro, durante a 11ª Reunião Extraordinária, o Projeto foi aprovado por 7 votos a 1. A Vereadora suplente Perla Tovazzi destacou que apesar do extenso prazo para pagamento do empréstimo, esta é a oportunidade para que o anseio dos moradores que residem em ruas sem calçamento seja atendido, porém foi incisiva ao dizer que todo o processo será acompanhado pelo Poder Legislativo e que a população também deve acompanhar as licitações para as obras.

É importante ressaltar que, para que a licitação aconteça deverá ter cotação prévia de, no mínimo, três empresas, e através da média desta cotação se dará início ao certame licitatório, sendo que, serão considerados preços máximos para a apresentação das propostas dos concorrentes. Toda empresa do município que quiser participar do processo licitatório, deverá se cadastrar na Prefeitura e verificar a documentação necessária, pois, é dada ampla participação e transparência.

O Vereador Olímpio Cláudio que manteve seu voto contrário ao Projeto, detalhou os custos que a obra terá, segundo cálculos realizados por ele a partir das informações contidas no Projeto e enfatizou que a população precisa estar ciente do quanto esse empréstimo custará ao longo de 24 anos ao município e que é este o papel do Vereador, analisar os pontos positivos e negativos em cada proposta encaminhada para apreciação nesta Casa de Leis.

Com a aprovação em segundo turno, o Poder Executivo enviará a Lei à Caixa Econômica Federal e aguardará liberação para iniciar o processo licitatório para a contratação da empresa que realizará o calçamento. O Presidente Luiz Paulo ressaltou que a Câmara tem buscado sempre contribuir para a melhoria de vida da população, e que o calçamento irá contribuir mudar a realidade de muitos moradores.

Entenda o Projeto de Lei nº 71/2013

O Poder Executivo enviou à Câmara no dia 29 de novembro o Projeto de Lei nº 71/2013, solicitando autorização para contratar financiamento no valor de R$ 5 milhões, junto a Caixa Econômica Federal, com contrapartida do município de R$ 264 mil.

O Projeto prevê o pagamento de 6% de juros ao ano, pagos mensalmente nas fases de carência e amortização; taxa de risco de crédito de 1% ao ano, e o prazo de até 240 meses para quitação do empréstimo, tendo o período de até 48 meses de carência.

O valor será aplicado obrigatoriamente na execução de empreendimentos de pavimentação de vias públicas, integrantes do Pró-Transporte, do Ministério das Cidades – PAC2. Os bairros cadastrados para receber a pavimentação/calçamento são: Vale do Sol, Jardim Américo, São Benedito, Bela Vista, Nossa Senhora Aparecida, Santo Antonio, Jardim Paulo Lopes, Santa Edwiges, Centro, São Judas Tadeu, Lava-Pés, Jardim Ana Maria, Santo Expedito, Congonhal e Rio do Peixe. Está prevista a pavimentação de 58.000,00 m² (cinqüenta e oito mil metros quadrados) e 16.830,40 (dezesseis mil, oitocentos e trinta metros e quarenta centímetros) de meios fios e sarjetas.

Não jogue este Informativo em vias públicas

Palavra do Presidente

Chega ao fim o primeiro ano da 17ª Legislatura, e de maneira geral, posso dizer que 2013 foi um ano "altamente positivo" nos trabalhos do Parlamento municipal. Sinto-me compensado pelos esforços realizados e pela oportunidade de presidir o Poder Legislativo de Cambuí/MG. Foi um ano ativo, com 22 sessões ordinárias e 11 extraordinárias, com grande participação da população na Tribunas Livre, em média 30 utilizações da sede da Câmara por entidades e mais de 180 indicações, bem como um atuante trabalho das comissões especiais, além da atuação da Câmara em diversas organizações.

Os projetos "Câmara Itinerante" e "Educando para a Cidadania" também destacaram-se dentre os trabalhos legislativos realizados esse ano.

Como presidente, me pautei em tornar transparentes e públicas todas as minhas ações, assim como zelar pelo orçamento da Câmara, de maneira transparente .

Quero aproveitar para agradecer também a todos que nos apoiaram durante o ano. O poder público, nossos parceiros, e aos nossos funcionários, Agora, é trabalhar duro para que o ano que se inicia seja ainda melhor. Pois quero pensar sempre que cada ano é um novo desafio, pelo qual estou disposto a continuar me pautando pelo trabalho, pelo respeito ao contribuinte e pela transparência na condução do Poder Legislativo.

Assim, continuamos a ser a voz da população a ecoar por toda a cidade! Teremos cumprido nossa missão se acatarmos sugestões e creditarmos à população cada uma de nossas ações. Venha fazer conosco!Para finalizar desejo a todos um feliz 2014 com muita paz, saúde e prosperidade.

Luiz Paulo
Presidente da Câmara
Municipal de Cambuí

Vereadora suplente toma posse durante 21ª Reunião Ordinária

O Presidente da Câmara, Luiz Paulo Nepomucenia, empossou durante a 21ª Reunião Ordinária, realizada no dia 03 de dezembro, a suplente da coligação PP/PMDB/DEM, Drª. Perla Tovazzi (PP), que assume até o dia 31 de março de 2014 o lugar do Vereador Luiz Finamor (DEM), licenciado por motivos de saúde.

Em seu discurso a Vereadora agradeceu ao apoio recebido pelos Vereadores e funcionários da Câmara e pela confiança dos eleitores que possibilitaram esse momento. "É notório na atualidade a difícil tarefa que o Poder Legislativo possui e cabe a nós divulgar para o povo nossa verdadeira missão, que é de fiscalizar, debater, discutir e criar leis, ou seja, legislar para aqueles que nos elegeram, afinal o poder emana do povo e para o povo ele deve retornar. Munidos desse pensamento devemos legislar para atender as necessidades de nosso povo e para a melhoria e crescimento de nossa cidade, sem compadrios ou interferências partidárias, pois aqui representamos não só um partido ou coligação partidária, e sim o povo", destacou.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ATÉ NOVEMBRO / 2013

RECEITA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Correntes	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00
Soma	0,00	0,00	0,00
Déficit	1.900.000,00	814.455,53	-1.085.544,47
Total	1.900.000,00	814.455,53	-1.085.544,47
DESPESAS	**FIXAÇÃO**	**EXECUÇÃO**	**DIFERENÇAS**
Créditos orçamentários	1.900.000,00	814.455,53	-1.085.544,47
Créditos adicionais	0,00	0,00	0,00
Soma	1.900.000,00	814.455,53	-1.085.544,47
Superávit	0,00	0,00	0,00
Total	1.900.000,00	814.455,53	-1.085.544,47

BALANÇO FINANCEIRO ATÉ NOVEMBRO / 2013

RECEITA		DESPESA	
Orçamentária	0,00	Orçamentária	814.455,53
Extra-orçamentária	1.746.495,02	Extra-orçamentária	108.654,61
Saldo Exercício Anterior	14.906,60	Saldo p/ o Exercício Seguinte	838.291,48
Total	1.761.401,62	Total	1.761.401,62

BALANÇO PATRIMONIAL ATÉ NOVEMBRO / 2013

ATIVO		PASSIVO	
Bancos	838.291,48	Restos a pagar	0,81
Bens Móveis	135.719,70	Depósitos	2.758,40
Bens Imóveis	611.550,00		
Almoxarifado	31.686,50		
Soma do Ativo Real	1.617.247,68	Soma do Passivo Real	2.759,21
		Saldo Patrimonial	
		Ativo Real Líquido	1.614.488,47
Compensado	0,00	Compensado	0,00
Total	1.617.247,68	Total	1.617.247,68

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATÉ NOVEMBRO / 2013

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Resultantes Execução Orçamentária		Resultantes Execução Orçamentária	
Receita Orçamentária	0,00	Despesas Orçamentária	814.455,53
Mutações Patrimonias	14.039,00	Mutações Patrimonias	0,00
Independentes Execução Orçamentária		Independentes Execução Orçamentária	
Diversos	1.665.722,34	Diversos	25.022,85
Soma	1.679.761,34	Soma	839.478,38
Déficit	0,00	Superávit	840.282,96
Total	1.679.761,34	Total	1.679.761,34

Luiz Paulo Nepomucenia
Presidente da Câmara

Edna Maria Dias
Técnica Contábil
CRC/MG 077.958/O-8

Câmara devolve R$ 700 mil à Prefeitura

A Câmara Municipal devolveu no dia 17 de dezembro R$ 700mil aos cofres do Município. Fala-se em devolução de dinheiro porque o orçamento da Câmara é mantido por recursos encaminhados pela Prefeitura, conforme o que é de direito do Legislativo, conforme determina a Constituição Federal.

O valor representa 36% dos R$ 1milhão e 900 mil repassados pelo Poder Executivo à Câmara em 2013. De acordo com o Presidente Luiz Paulo, é necessário esclarecer que os Vereadores não podem definir onde o dinheiro será investido, pois compete ao Poder Executivo aplicar tais valores- fruto da boa administração do Poder Legislativo- em ações que beneficiem a população e contribuam para melhorias na cidade.

Recesso Parlamentar

De 22 de dezembro 2013 a 31 de janeiro de 2014
Próxima Reunião Ordinária 04 de fevereiro de 2014, às 19h, no Plenário da Câmara

Publicação Periódica da Câmara Municipal de Cambuí
Instituído através da Resolução nº 416/2011
CNPJ 74.195.009/0001-31
Rua Saldanha Marinho, 260 - Centro - Cambuí - MG
camaracambui@camaracambui.mg.gov.br
Projeto Gráfico e Jornalista Responsável: Laila Salman - MTB 11.910/MG-JP
Dúvidas e Sugestões: (35) 3431-1990 ou pelo e-mail ascom@camaracambui.mg.gov.br
Tiragem: 6.000 mil exemplares

Mesa Diretora Biênio 2013/2014
Presidente: Luiz Paulo **Vice-Presidente:** Airton Francisco
Secretária: Lúcia Leite
Vereadores: Moisés Moraes, José do Carmo, Luiz Finamor, Luiz Carlos, Maria do Carmo e Olímpio Cláudio, Perla Tovazzi (Suplente)

Vereadores encerram trabalhos do primeiro ano de mandato

Entre os meses de novembro e dezembro os Vereadores apreciaram 35 proposições, durante as 4 Reuniões Ordinárias (RO) e 3 Sessões Extraordinárias realizadas no período.

O uso da Tribuna Livre pela população foi um dos destaques das Reuniões. Na 19ª RO a Senhora Márcia Ramos, provedora do Hospital Ana Moreira Salles (HAMS) fez o uso da Tribuna para apresentar um resumo das atividades realizadas desde fevereiro deste ano quando assumiu a direção do HAMS e a necessidade de mais recursos para que o Hospital possa dar continuidade aos projetos de melhoria.

A 21ª RO teve a fala de dois oradores, a senhora Suely Gonçalves da Silva que fez o uso da Tribuna para solicitar o apoio dos Vereadores para mudança em Leis do Município, visando possibilitar a implantação de uma clínica de Recuperação de Dependentes Químicos em Cambuí e o Senhor Carlos Eduardo da Silva que leu uma mensagem do Vereador Luiz Finamor, explicando os motivos de sua licença médica, devido a uma cirurgia. Durante a 22ª RO o Senhor Alessandro Aparecido da Silva, utilizou a Tribuna para falar sobre políticas públicas de pavimentação e cidadania.

Projetos tramitados entre os meses de novembro e dezembro

De autoria do Poder Executivo

Projeto de Lei nº 33: Institui o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS- Municipal- Cambuí/MG), concedendo prazos para o parcelamento dos créditos tributários, concede anistia de multas, juros e correção monetária. **Aprovado por unanimidade em segundo turno.**

Emenda Modificativa nº 01 ao PL nº 33: Altera os artigos 1º, 2º, 4º, 5º, 7º e 8º e suprime os artigos 9º e 10 do Projeto de Lei nº 33/2013 (Modifica os prazos constantes no PL). **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei nº 36: Altera a Lei Municipal nº 2.317/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - que Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2014. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei nº 37: Dispõe sobre o Plano Plurianual 2014-2017 - PPA do Município de Cambuí. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei nº 38: Dispõe sobre o Programa de Orçamento do Município de Cambuí - LOA- exercício 2014. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Emenda Modificativa nº 01 ao PL nº 38: Modifica e cria valores constantes no Projeto de Lei nº 038/2013. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei nº 39: Autoriza Concessão de Subvenções, Auxílios Financeiros e Contribuições. **Aprovado por unanimidade em segundo turno.**

Projeto de Lei nº 51: Autoriza o Poder Executivo a Instituir Sistema de Vale Alimentação no âmbito da Administração Pública Municipal. **Aprovado por unanimidade em segundo turno.**

Projeto de Lei nº 54: Altera os artigos 79, incisos I e III e 132, parágrafo 1º, d, da Lei nº 1985/2008 (Estatuto do Magistério de Cambuí). **Aprovado por unanimidade em primeiro e segundo turno.**

Emenda Modificativa n.º 01 ao PL nº 54: Acrescenta inciso ao art. 1º do Projeto de Lei nº 54/2013. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei nº 57: Autoriza a Suplementação de Dotação Orçamentária. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei nº 58: Cria o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD no Município de Cambuí. **Aprovado por unanimidade em primeiro e segundo turno.**

Projeto de Lei nº 59: Autoriza a abertura de Crédito Suplementar no Orçamento vigente, no valor R$ 1.245.000,00, para despesas com folha de pagamento. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei número 60: Autoriza a abertura de Crédito Especial no Orçamento vigente, no valor de R$ 7 mil, para regularizar a dotação orçamentária para o pagamento de despesas que complementam a folha de pagamento. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei número 61: Autoriza a abertura de Crédito Especial no Orçamento vigente, no valor de R$ 26,5 mil, inclui dotação para regularizar despesas ocorridas com a aquisição de veículo. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei número 62: Autoriza a abertura de Crédito Especial no Orçamento vigente, no valor de R$ 6 mil, incluindo dotação para contratação de profissional para substituir servidor do Fapem. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei número 63: Autoriza a abertura de Crédito Especial no orçamento vigente, no valor de mil reais, criando dotação para auxilio financeiro à estudantes do Fapem. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei número 64: Autoriza Abertura de Crédito Especial no Orçamento Vigente, no valor de R$ 222.975,00, para adequação orçamentária destinada à construção e reforma de Unidades básicas de saúde. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei número 65: Dispõe sobre alteração na Lei Municipal nº 2.237/2012 - cria o cargo de psicólogo no CRAS (Centro de referência de Assistência Social). **Aprovado por unanimidade em primeiro e segundo turno.**

Projeto de Lei número 66: Altera o inciso I do Art. 17 da Lei Municipal nº 2.041/2008, cria o cargo de Coordenador do CREAS (Centro de Referência Especializada da Assistência Social). **Aprovado por unanimidade em primeiro e segundo turno.**

Projeto de Lei número 67: Autoriza a Doação de Imóvel ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para a construção de um novo prédio para o Fórum da Comarca de Cambuí. **Aprovado por unanimidade em primeiro e segundo turno.**

Emenda Modificativa nº 01 ao PL nº 067/2013: Altera os artigos 1º, 2º e 3º, do PL, que trata de doação de terreno para construção do novo fórum. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Projeto de Lei número 68: Dá nova redação ao art. 14 da Lei Municipal nº 2.109/2009, define a porcentagem das contribuições financeiras que as instituições integrantes da administração pública deveram dispor para a cobertura do déficit atuarial do Fapem. **Aprovado por unanimidade em primeiro e segundo turno.**

Projeto de Lei número 69: Autoriza o Poder Executivo a realizar a concessão de transporte coletivo. **Aprovado por unanimidade em primeiro e segundo turno.**

Projeto de Lei número 70: Dispõe sobre a alteração na Lei 2041/2008 - Departamento de Trânsito e Transporte. **Aprovado por unanimidade em primeiro e segundo turno.**

Projeto de Lei número 71: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal, oferecer garantias, no valor de cinco milhões de reais, para pavimentação de vias públicas, integrantes do Pró-Transporte, do Ministério das Cidades – PAC2. **Aprovado por 5 votos a 3 em primeiro turno e 7 votos a 1 em segundo turno.**

De autoria da Mesa Diretora

Projeto de Decreto Legislativo número 17: Concede licença nos moldes do artigo 83, I da Resolução 435/2012 ao Vereador Luiz Augusto Finamor de Moraes. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

De autoria do Vereador Airton Francisco

Emenda Modificativa nº 01 ao PL nº 51/2013: Altera o artigo quinto do projeto, no que se refere aos descontos no vale alimentação por ausências justificadas. **Rejeitada por 6 votos a 1 em turno único.**

Emenda Modificativa nº 01 ao PL nº 069/2013: Altera o inciso um do artigo 3º do Projeto de Lei 69-2013, inclui o bairro furnas no itinerário Cambuí/Congonhal via Rio do Peixe. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

De autoria dos Vereadores Lucia Leite e Olímpio Cláudio

Emenda Aditiva nº 01 ao PL nº 069/2013: Acrescenta inciso três ao artigo 3º do Projeto de Lei 69/2013, inclui o itinerário Cambuí/ Roseta, via Lambert. **Aprovado por unanimidade em turno único.**

Destaques das Indicações apresentadas entre os meses de novembro e dezembro

De autoria do Vereador José do Carmo

Nº 176: Seja construído um parque infantil nas imediações entre a Matinha Municipal e o Estádio Municipal Edmundo Antunes Paceau.

Nº 178: Seja requerido junto ao Governo do Estado a criação de uma unidade do Corpo de Bombeiros em nossa cidade, bem como a aquisição de um caminhão pipa.

Nº 183: Seja priorizado, durante a execução do orçamento de 2014, recursos para a realização de obras de acessibilidade nas vias do Município.

De autoria do Vereador Luiz Finamor

Nº 157: Sejam contratados mais profissionais médicos neurologistas para atendimento nas unidades de saúde do Município.

Nº 158: Seja criada campanha incentivando a ampliação do Museu Municipal.

Nº 159: Sejam instalados redutores de velocidade nas vias que menciona

De autoria do Vereador Luiz Carlos

Nº 160: Seja construída uma academia ao ar livre no Bairro do Rio do Peixe.

Nº 167: Seja feito trabalho de lavagem da Avenida do Carmo, com caminhão pipa, ao menos uma vez por semana.

De autoria da Vereadora Lúcia Leite

Nº 162: Sejam realizadas obras de cobertura e iluminação da quadra de esportes do Bairro dos Vazes.

Nº 163: Sejam realizadas obras de restauração na ponte de acesso ao Bairro dos Vazes e outros, nas proximidades da BR 381.

Nº 173: Seja estudada a possibilidade de se alterar a legislação, de forma que a população possa regularizar os imóveis que se encontram em desconformidade com a Lei Municipal 1566/2001.

De autoria do Vereador Olímpio Cláudio

Nº 164: Sejam retomados os trabalhos de regularização das escrituras dos lotes do Bairro Jardim Santo Expedito, reforçando a indicação de nº 41/2013.

Nº 166: Seja feito trabalho de limpeza das ruas da cidade.

Nº 175: Seja feito trabalho de limpeza e melhorias na via de acesso ao Bairro Jardim Santo Expedito.

De autoria do Vereador Airton Francisco

Nº 168: Sejam realizadas obras de melhoria no tratamento de esgoto no Bairro do Rio do Peixe.

Nº 169: Sejam realizadas obras de construção de uma estação de tratamento de esgoto no Bairro Congonhal.

Nº 172: Seja construída uma academia ao ar livre no Bairro Congonhal.

De autoria da Vereadora Perla Tovazzi

Nº 184: Seja feita a revisão do parágrafo segundo do artigo 122 da Lei Complementar nº 3 de 2007 - O Plano Diretor de Desenvolvimento do Município.

Nº 185: Sejam instaladas lixeiras na Praça Coronel Justiniano, preferencialmente nos acessos à área interna da Praça.

Nº 187: Sejam promovidas alterações no Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 01/2001, no seu artigo 166, parágrafo primeiro e a inclusão no artigo 170, trata da isenção para pessoas carentes.

De autoria do vereador Moisés Moraes

Nº 188: Seja instalado um abrigo de ônibus no acesso ao Bairro Água Comprida.

Moções tramitadas entre os meses de novembro e dezembro

De autoria dos Vereadores Moisés Moraes e José do Carmo

Moção de pesar nº 25: Aos familiares da Senhora Maria Madalena de Jesus.

Moção de Pesar nº 26: Aos familiares do Senhor Aparecido de Brito.

De autoria da Vereadora Maria do Carmo

Moção de Pesar nº 27: Aos familiares do Senhor João Batista Marques, conhecido como Jacaré

Câmara aprova Orçamento de R$ 56 milhões e 900 mil para 2014

O Orçamento Municipal para 2014 foi aprovado por unanimidade, em turno único, durante a 20ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de novembro. A peça orçamentária para o próximo ano prevê uma arrecadação de R$ 56.900 milhões, o que representa um aumento de 8% em relação à receita estimada para 2013. Esse montante inclui a Prefeitura (R$ 41.903 milhões), o Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal (R$ 8,1 milhões), o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (R$ 4,8 milhões) e a Câmara Municipal (R$ 2.907 milhões).

O Projeto aprovado mantém a margem de 5% para remanejamentos realizados pelo Executivo, sem a necessidade de autorização do Poder Legislativo. Entre as Secretarias que mais receberão recursos estão: Educação R$ 13.494.500,00, Saúde R$ 10.948.000,00 e Administração e Fazenda R$ 8.835.000,00.

O Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017 (PL nº37/2013), onde estão definidas as metas e prioridades da Administração Pública para o período e o projeto de alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PL nº36/2013) também foram aprovados por unanimidade em turno único, durante a Reunião.

Foi aprovada ainda a Lei de Subvenções (PL nº 39/2013) no valor de R$ 3.324.000,00, que beneficiará 18 entidades, dentre elas o Hospital Ana Moreira Salles (R$ 2.600.000,00), a APAE (R$ 360.000,00) e a Associação Geriátrica Padre Antonio Paschoal (R$ 66.000,00).

É importante destacar que a Câmara realizou no dia 08 de outubro a apresentação desses dados em Audiência Pública. Segundo o Presidente da Câmara, Luiz Paulo Nepomucenia, o Legislativo cumpriu seu papel ao levar ao conhecimento da população a previsão de ações para o próximo ano. “Acredito que quanto maior a participação, melhor é a fiscalização por parte do Legislativo e da população.”

Despesa Orçamentária por Funções de Governo

Legislativa	R$ 2.097.000,00
Administração	R$ 11.246.500,00
Segurança Pública	R$ 168.000,00
Assistência Social	R$ 1.687.500,00
Previdência Social	R$ 3.000.000,00
Saúde	R$ 10.948.000,00
Educação	R$ 13.494.500,00
Cultura	R$ 434.000,00
Urbanismo	R$ 820.000,00
Saneamento	R$ 5.470.000,00
Gestão Ambiental	R$ 188.000,00
Agricultura	R$ 17.000,00
Comércio e Serviços	R$ 95.000,00
Transporte	R$ 1.099.500,00
Desporto e Lazer	R$ 100.000,00
Encargos Especiais	R$ 1.670.000,00
Reservas	R$ 4.350.000,00
Total	**R$ 56.900.000,00**

Entidades Subvencionadas

Liga Esportiva Cambuiense	50.000,00
APAE	360.000,00
Associação Geriátrica Padre Antonio Paschoal	66.000,00
Movimento Cultural Cambuiense	60.000,00
CODERIPE	12.000,00
CODECOM	5.000,00
Associação Vila Santo Antonio	2.000,00
Fanfarra e Banda Marcial Cambuiense	12.000,00
Grêmio Escola Estrelas do Amanhã	6.000,00
Pronto-Socorro/Hospital Ana Moreira Salles	2.600.000,00
Associação da Vila Glória	2.000,00
Grêmio Escola de Samba Tamos Ai	6.000,00
Cruzada Pró-Infância	72.000,00
Associação do Bairro Lopes	1.000,00
Associação dos Carreiros	66.000,00
ONG “Quem Ama Cuida”	2.000,00
Associação do Bairro Vazes	1.000,00
Associação do Bairro São Miguel	1.000,00
Total	**3.324.000,00**

Vereadores aprovam vale alimentação para servidores

Os Vereadores aprovaram durante a 20ª Reunião Ordinária o projeto que trata da concessão de Vale Alimentação aos servidores do Quadro de Pessoal Efetivo, Contratado e Cargo em Comissão, ativos da Administração Pública Municipal. O beneficio será no valor mensal de R$ 150,00, pago em caráter indenizatório.

Por esse motivo não terá direito ao vale alimentação o servidor que no mês se enquadrar nas seguintes situações: sucessivas impontua-lidades na entrada ou saída do horário de trabalho, sendo tolerados até 05 (cinco) minutos, ausência injustificada ao serviço, ainda que por um turno; sofrer penalidade disciplinar de qualquer espécie; se licenciar para concorrer a mandato eletivo; afastamento do emprego em virtude de licença saúde, ou para acompanhar pessoas da família; durante a licença gestante e auxílio doença; licença para tratar de interesses particulares e ausência ao serviço justificada por atestado médico, nas seguintes pro porções:

- 01 dia de ausência terá direito a parcela total do vale alimentação;
- 02 dias de ausência terá o direito a 75% do vale alimentação;
- 03 dias de ausência terá direito a 50% do vale alimentação;
- 04 dias ou mais de ausência não fará jus ao vale alimentação.

A Lei prevê também que o funcionário em gozo de licença não remunerada; licenciado ou afastado temporariamente do emprego, cargo ou função e em férias regulares também não irá receber o benefício.

Parlamentares participam de Fórum Mineiro de Vereadores

O Presidente Luiz Paulo, a Secretária Lúcia Leite e os Vereadores José do Carmo e Maria do Carmo participaram entre os dias 26, 27 e 28 de novembro em São Lourenço, do Primeiro Fórum Mineiro de Vereadores promovido pela Associação dos Vereadores e Câmaras Municipais da Microrregião do Circuito das Águas (AVEMAG), em parceria com a Associação Mineira dos Municípios (AMM) e a Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Durante os três dias de evento foram realizadas 11 palestras ministradas por representantes da Associação Mineira de Municípios, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e Escola do Legislativo.

O fórum teve como principal objetivo debater temas sobre a capacitação e a atualização dos legislativos municipais. Outros assuntos abordados foram a integração, a cooperação e o aperfeiçoamento como ferramentas para a maior eficiência dos trabalhos legislativos.